



Informação nº: 115/2015 – SECONT/1ªDICONT

Brasília (DF), 16 de abril de 2015.

Processo nº: 27.940/2007 (3 volumes).

Apenso nº: 010.001.699/2006 (1 volume).

Jurisdicionado: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.

Valor envolvido: R\$ 12.157,64¹ (prejuízo apurado).

Ementa: TCE. CBMDF. Irregularidades no recebimento de indenização de transporte, em razão da passagem para a inatividade. Prejuízo ao erário. Decisão nº 316/2014. Citação. Defesa. Pela Improcedência. Notificação.

Senhora Diretora,

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE para apurar a existência de irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, neste caso, do militar **Eraldo Gomes Rosa**.

2. Em 30/01/2014, foi proferida a Decisão nº 316/2014 (fl. 396), abaixo transcrita:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das tomadas de contas especiais objeto dos Processos nºs 010.001.699/06 e 010.001.477/06; II. **determinar, nos termos do art. 13, inciso II, da LC nº 1/1994, a citação dos servidores militares nominados no parágrafo 13 da Informação nº 225/2012 (fl. 375) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem alegações de defesa ou, se desejarem, recolham os débitos apurados (fl. 388), em decorrência da percepção indevida da vantagem pecuniária de indenização de transporte, quando de suas passagens para a inatividade, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares e de ser-lhes aplicada a penalidade prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 1/1994**; III. determinar à Secretaria de Contas que, recebidas as defesas dos apontados responsáveis, autue processo específico para cada um, procedendo-se em seguida análise individualizada dos argumentos apresentados; IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências devidas. (grifamos).

¹ Valor original em 02/1997, fl. 95, do Processo nº 010.001.699/2006.



3. Posteriormente, esta Corte citou o Sr. Eraldo Gomes Rosa, sob pena de revelia, para apresentar alegações de defesa (fl. 400), ou recolher o valor do débito apurado nos autos.

4. Adiante, tempestivamente, por meio de advogado constituído na forma da procuração de fl. 413, o defendente apresentou alegações de defesa (fls. 407/412).

DA DEFESA

Alegações de Eraldo Gomes Rosa (fls. 407/412).

Argumento 1: alega que quando da passagem para a inatividade resolveu mudar-se para Natal-RN, residindo por pouco mais de 1 (um) ano e retornando para Brasília por motivos pessoais.

Análise

5. A alegação não resta comprovada, pois o defendente apresentou apenas um contrato de locação do imóvel em Natal e comprovante de abertura de conta no Banco do Brasil, sendo insuficientes para prova cabal de sua permanência por mais de 1 (um) ano no respectivo Estado.

6. Como já apurado em outros casos, a simples assinatura de um contrato de locação, bem como a apresentação dos documentos exigidos pela Portaria CBMDF 23/1995, são concebíveis sem que o militar tenha sequer ido à localidade indicada. Nesta oportunidade, vale novamente anotar, por semelhança ao caso em questão, as constatações feitas no Relatório da Auditoria de Regularidade n° 012/2000, realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme o Processo TCDF n.º 394/2000, que subsidiou a Decisão n.º 3186/2001 — TCDF:

1. "56. (...) da Portaria 23/95 CBMDF, de 30 de junho de 1995, que regulamentou a concessão do multi-citado benefício, para provar a mudança de domicílio basta o interessado apresentar contrato de aluguel de imóvel na localidade do novo domicílio e abertura de conta corrente no Banco do Brasil desse mesmo lugar.



2. 57. Ora, qualquer desses dois documentos não são hábeis para prova de mudança de domicílio, sequer para provar que o contratante ou o correntista realizaram pessoalmente tais atos, ou seja, é possível apresentar ambos documentos sem que o beneficiado tenha ao menos saído de Brasília. A abertura de uma conta corrente pode ser feita regularmente por meio de procuração com poderes gerais, pois é ato que comporta sua execução por meio de mandatário. E hoje é possível resgatar os recursos depositados nos estabelecimentos bancários em qualquer parte do país sem necessidade de visitas à agência detentora da conta corrente. **Já o contrato de locação de imóvel é documento particular que pode ser forjado sem nenhuma dificuldade.** Ademais, quanto aos contratos de locação constantes dos processos de pagamento da indenização de transporte, há a circunstância desabonadora da autenticidade dos mesmos porquanto grande número deles tiveram por locador a mesma pessoa Sr. Romival Nunes de Oliveira (...)” (Grifamos).

Argumento 2: afirma não haver dolo na sua conduta, e que agiu de boa-fé.

Análise

7. A afirmação que não houve dolo, pelo fato de inicialmente não apresentar documentos falsos ou produzidos com o intuito de simulação da transferência (fls. 374/375), por si só não caracteriza a ausência do dolo. A análise do dolo não deve ficar somente no âmbito da norma, mas também nos elementos fáticos.

8. Leciona Fábio Medina Osório quanto ao aspecto volitivo atinente ao dolo: “o dolo, em direito administrativo, é a intenção do agente que recai sobre o suporte fático da norma legal proibitiva. O agente quer realizar determinada conduta objetivamente proibida pela ordem jurídica. Eis o dolo. Trata-se de analisar a intenção do agente especialmente diante dos elementos fáticos – mas também normativos – regulados pelas leis incidentes à espécie.”². Portanto, na análise dos fatos não ficou provada a efetiva transferência do militar para o endereço de destino, violando o objetivo principal da norma que concede a indenização de transporte. Logo, não deve ser acolhida tal alegação.

² OSÓRIO, Fábio Medina. Improbidade Administrativa. Porto Alegre, Ed. Síntese. 1998, p. 135.



Argumento 3: sustenta que não foi possível a prova de movimentação financeira como correntista do Banco do Brasil no ano de 1997, pois o Banco não dispõe de comprovantes de transações realizadas há tanto tempo.

Análise

9. Insta observar que durante a apuração dos fatos pela Comissão de Tomada de Contas Especial foi solicitada, em 2003, a apresentação de comprovantes de transações financeiras (fl.103-ap.), data menos remota, logo o argumento do lapso temporal não deve ser acolhido.

Argumento 4: consigna ter apresentado todos os documentos requeridos para a concessão da indenização de transporte, e que na falta de algum documento ou erro na sua comprovação deveria ter sido requerida, à época, pelo Corpo de Bombeiros, não tendo como providenciar documentos adicionais 17 (dezessete) anos depois, só podendo apresentar prova testemunhal.

Análise

10. Como já mencionamos, em 2003 fora solicitado na fase interna da tomada de contas, um rol de documentos (fl.103-ap.) capazes de esclarecer os fatos. Naquela ocasião o militar respondeu estar impossibilitado de apresentá-los por decurso do prazo de aproximadamente 06 (seis) anos (fl. 106-ap.). Novamente o defendente alega lapso temporal para se eximir da apresentação de documentos. Cabe ressaltar que os documentos poderiam ser trazidos sem muito esforço, como um histórico escolar, por exemplo, que solicitados nos autos (fl. 103-ap.) seria suficiente para a elucidação dos fatos controvertidos.

11. Cabe ressaltar que o defendente até o presente momento não foi capaz de apresentar provas contundentes, mesmo diante de todas as oportunidades oferecidas para a solução da controvérsia.

12. A solicitação da oitiva de testemunhas se mostra de cunho protelatório, diante da alegação de dificuldade de fazer prova da sua efetiva mudança de residência, maior dificuldade será provar que as testemunhas residiam no local de destino à época dos fatos. A decisão de impugnar a oitiva de testemunhas flagrantemente protelatória em nada fere o contraditório e a ampla defesa, pois as informações apresentadas nos autos são capazes de suportar a



plena convicção desta Corte. Entendimento trazido pelo STJ e TJDF, a seguir transcrito:

STJ

“Ementa: CRIMINAL. HC. LESÃO CORPORAL GRAVE. INDEFERIMENTO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS RESIDENTES NO EXTERIOR. CARTA ROGATÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. DILIGÊNCIA PROTELATÓRIA E DESNECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. Hipótese em que a defesa do paciente, após aditamento à denúncia, pugnou pela expedição de carta rogatória para oitiva de duas testemunhas residentes no Canadá e na Polônia, o que foi indeferido pelo Magistrado de 1º grau. **Caracterizado o intuito procrastinatório da defesa, eis que a oitiva das testemunhas domiciliadas em outros países em nada influenciaria na busca da verdade real, pois inexiste referência de que, à época dos supostos delitos, as referidas testemunhas estivessem no local do fatos, ou sequer no Brasil.** Devidamente fundamentada a decisão que não atendeu o pedido defensivo de oitiva de testemunhas residente no exterior, diligência considerada protelatória e, portanto, desnecessária pelo Juiz singular, que é o destinatário da prova. Prejuízo à defesa do paciente não comprovado. Ordem denegada.”(grifamos).

TJDF

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INDEFERE OITIVA DE TESTEMUNHAS. DILIGÊNCIA MERAMENTE PROTELATÓRIA. 1. O JUIZ É O DESTINATÁRIO FINAL DA PROVA, PODENDO FORMAR LIVREMENTE SEU CONVENCIMENTO, DESDE QUE APRESENTE FUNDAMENTAÇÃO DOS SEUS JULGADOS (ART. 130 DO CPC). 2. **POSSÍVEL AO MAGISTRADO INDEFERIR DILIGÊNCIAS QUE ENTENDER INÚTEIS OU MERAMENTE PROTELATÓRIAS, SOBRETUDO SE OS FATOS PUDEREM SER PROVADOS PRINCIPALMENTE POR DOCUMENTOS, TORNANDO DISPENSÁVEL A OITIVA DE TESTEMUNHAS.** 3. RECURSO NÃO PROVIDO.”(grifamos).

13. Portanto, a alegação não deve ser acolhida.

Argumento 5: aduz a falta de proporcionalidade e razoabilidade da decisão de ter realizado a transação de forma irregular, pois os documentos foram considerados como bastante e suficiente para a concessão da indenização.

Análise

14. Alegar que a documentação era bastante e suficiente para a concessão da indenização de transporte não o exime da responsabilidade de ressarcimento do montante devido ao erário, haja vista que a norma determinava que o objeto da concessão da indenização de transporte seria a efetiva mudança de residência. Em 2003 foi dado a oportunidade para fazer prova da mudança (fl.



103-ap.). Desde então, o defendente segue a mesma linha de defesa alegando lapso temporal para eximir-se da apresentação dos documentos comprobatórios (fls. 106/107-ap.).

15. A solicitação de documentos num lapso temporal de 06 (seis) anos, e os tipos de documentos capazes de provar que uma pessoa morou em outro Estado no período de um ano (1997) é mais que razoável e proporcional.

16. Quanto à veracidade dos documentos apresentados, o cerne da matéria em discussão não se limita à qualidade dos documentos, mas, principalmente, a ausência de nexos entre os comprovantes e a mudança efetiva para a cidade de destino. Logo, não existe falta de proporcionalidade e de razoabilidade na solicitação de documentos capazes de fazer prova da efetiva mudança.

Argumento 6: alega a culpa exclusiva de terceiro que reconheceu como legítima e suficiente a documentação para a concessão de indenização de transporte, pois o Comando do CBMDF tinha como avaliar, observar e analisar toda a documentação antes de conceder a indenização, evitando possíveis prejuízos.

Análise

17. Não deve o defendente se escusar de cumprir normas alegando possível omissão de outrem. Cabe ressaltar que mesmo se desconhecesse o teor das normas que regem o tema, o que não foi o caso.

18. Além disso, eventual dever de agir do CBMDF não o isenta da responsabilidade pela regular aplicação do recurso recebido. A finalidade da concessão era indenizar a efetiva transferência do servidor para outro Estado. O servidor tem participação direta na solicitação da concessão e do seu recebimento, portanto, deve ser responsabilizado da correta aplicação da verba, não podendo dar fim diverso na sua aplicação.

19. Ainda, não pode o defendente se abster da responsabilidade, uma vez que concorreu diretamente para o recebimento indevido de indenização paga pelo órgão, ao simular o atendimento dos requisitos delineados em norma, não estando a boa-fé presente no ato praticado.



20. Portanto, a culpa exclusiva de terceiro não encontra fundamento no presente caso, não obstante a documentação para a concessão inicial ser legítima e suficiente, não há prova nos autos da sua efetiva mudança de residência e em consequência, a regular aplicação do recurso recebido.

Argumento 7: por fim, requer o defendente não ser responsabilizado, assim como pugna pela oitiva de testemunhas e, se vencidos esses pedidos, que lhe seja aplicada a penalidade de advertência, e não de ressarcimento.

Análise

21. Os argumentos do defendente para abster-se da responsabilização, assim como pela oitiva de testemunhas e aplicação de advertência não devem ser acolhidos conforme explicitado nos §§ 5 a 20, principalmente pela não comprovação da efetiva mudança para a cidade de destino, devendo ressarcir ao erário o montante recebido.

22. Impende salientar que decisão recente do TJDF, que trata de caso análogo, proferida pela 5ª Turma Cível, em 26/11/2014, de forma unânime, por meio do Acórdão n.º 836269, não deixa dúvidas acerca da responsabilidade civil de favorecido que não efetivou a mudança de domicílio, conforme ementa transcrita a seguir:

“ADMINISTRATIVO. BOMBEIRO MILITAR. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. DECADÊNCIA. AFASTADA. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO. INOCORRÊNCIA. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. DEVIDO.”

(...)

2. O pagamento de indenização de transporte está condicionado à efetiva mudança de domicílio do bombeiro militar do Distrito Federal.

3. A não ocorrência da transferência enseja o ressarcimento ao erário distrital, vedando-se apoderamento ilícito de recurso público.

4. Recurso conhecido e desprovido.”

CONCLUSÃO

23. Quanto à defesa apresentada pelo militar **Eraldo Gomes Rosa**, entendemos que o Tribunal deve, no mérito, considerá-la improcedente.

24. Cabe ressaltar que o Tribunal, em face da conduta dolosa do beneficiário, que simulou a transferência de domicílio com vistas a obter vantagem



pecuniária em proveito próprio e em desfavor do erário distrital, tem decidido pela notificação do responsável para restituição da quantia devida aos cofres públicos, acrescida de correção monetária e de juros de mora previstos no artigo 1º, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Emenda Regimental nº 13/2003.

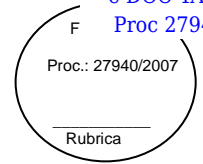
25. Dessa forma, poderá o Tribunal julgar irregulares as contas do defendente, notificando-o, na forma do art. 26 da Lei Complementar nº 1/1994, para recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o débito no valor de R\$ 113.437,50, atualizado em 16/04/2015 (fl. 420), que deverá ser corrigido na data do efetivo pagamento.

26. Concerne à Corte, ainda, deliberar sobre a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, como disposto no art. 60 do mesmo normativo.

SUGESTÕES

Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento da defesa apresentada pelo militar **Eraldo Gomes Rosa** (fls. 407/412);
- II. no que diz respeito ao militar nominado no item precedente:
 - a) considere improcedentes as alegações de defesa por ele apresentadas;
 - b) com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, c/c o art. 20, ambos da LC nº 1/1994, julgue irregulares as contas, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida Lei Complementar, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o débito que lhe fora imputado, no valor R\$ 113.437,50, atualizado em 16/04/2015 (fl.420), o qual deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento, referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade;



c) delibere, ainda, no sentido de aplicar-lhe a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, como disposto no art. 60 da LC nº 1/1994;

III. autorize:

a) desde logo, caso não atendida a notificação a que se refere a alínea “b” do item anterior, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/1994;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.

À superior consideração.

DIGITALIZADO